



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Núcleo de Apoio Regional de João Pinheiro

Parecer Técnico IEF/NAR JOÃO PINHEIRO nº. 4/2020

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2020.

Processo de Intervenção Ambiental nº 02040001708/11 – Interbusiness LTDA-ME

1. Histórico

Processo formalizado em 26/08/2011.

Processo SEI 2100.01.0047645/2020-14. (AUTOS RECONSTITUIDOS)

Vistoria realizada em 29/04/2014 e 17/10/2020.

Solicitação de Informação Complementares emitidas em 25/06/2014,16/09/2015 e 17/12/2015.

Data do Parecer 24/08/2015 e 19/10/2020.

2. Objetivos

O objetivo do parecer é analisar a solicitação em requerimento para Supressão da Cobertura Vegetal nativa com destoca em de 7,24 hectares para fins de instalação de loteamento urbano.

3. Caracterização do Empreendimento

3.1- Do imóvel rural

O imóvel denominado Fazenda Quebra, localizado no município de Lagoa Santa/MG, possui área total de 18,9158 há registrada na matrícula nº 12.972, co Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa/MG.

O imóvel foi incluído em perímetro urbano em 1988, conforme Lei Municipal nº. 693 de 16/03/1988.

A área de Reserva Legal foi averbada sob AV.4/12.972, antes da descaracterização de zona rural e possui área de 4,71 hectares. A Reserva Legal é composta pelas áreas de maior declividade do imóvel, possuindo vegetação nativa de cerrado stricto sensu em sua maior extensão com 3,09 hectares e áreas de vegetação com fisionomia em transição com a floresta estacional semidecidual em estágio médio de regeneração nas partes mais baixas do imóvel em 1,71 hectares. Essa área é destinada à área verde do empreendimento. (Foto 7)

A área de preservação permanente possui 1,7922 hectares, margens de curso d'água, bem preservado, tendo às margens mata ciliar/Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração. (Foto 5)

3.2- Cadastro Ambiental Rural: Não Possui

4- Da intervenção ambiental requerida

As áreas requeridas para supressão de vegetação nativa totalizam 7,24 ha, sendo 4,94 hectares de cerrado stricto sensu ralo e 2,3 ha de floresta estacional semidecidual em estágio médio de regeneração, conforme PUP com Inventário Florestal (documento 20620206). De acordo com este documento, o empreendimento possui uma área total de Floresta estacional semidecidual remanescente em estágio médio de 7,67 há, valor este que será utilizado como referência para a definição de área de preservação conforme preconizado pelo § 1º do art. 31 da Lei nº.11.428, de 2002.

A intervenção requerida é necessária para a implantação da atividade de parcelamento de solo para fins residenciais, construção de lotes e vias.

4.1 Eventuais restrições ambientais:

Em consulta ao IDE SISEMA (<http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>), principalmente aos critérios locacionais de enquadramento, anexo único, Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017, foi constatado:

Prioridade para conservação da biodiversidade- Extrema (imagem 1)

Potencialidade de ocorrência de cavidades CECAV-ICMBio- Alto (imagem 2)

Vulnerabilidade natural - Alta a média.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

Atividades desenvolvidas: Não há desenvolvimento de atividade econômica no empreendimento.

Atividades licenciadas: E-04-01-4 Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares.

Potencial Poluidor/ Degrador: M

Classe do empreendimento: 2

Critério locacional: 2

Modalidade de licenciamento: LAC1

O requerente INTERBUSINESS – ME, requereu a autorização para a realização de supressão de vegetação nativa e regularização ambiental do empreendimento de parcelamento do solo urbano em 26/08/2011, o empreendimento na ocasião era dispensado de licenciamento ambiental através da DN 74/2004. Com o passar do tempo, houve atualização de normas do licenciamento, através da vigência da DN 217/17. Entretanto conforme ofício SEMAD/SURAM nº. 80/2020, o empreendimento é considerado dispensado do licenciamento ambiental.

4.3 Vistoria:

A vistoria foi realizada no dia 29 de abril de 2014 pela analista ambiental Sandra Vanessa Marques Carvalho, atualmente lotada no Núcleo de Apoio Regional de João Pinheiro, subordinado ao URFBio Noroeste e revistoriada pelo Analista Ambiental servidor da URFBio Centro Norte, Márcio Marques Queiroz. A revistoria foi necessária devido ao tempo transcorrido entre a vistoria realizada pela gestora Sandra e a conclusão da análise.

O presente processo encontrava-se sob análise técnica no NRRA de Sete Lagoas desde 09/11/2012, tendo sido vistoriado e sugestionado o indeferido do pleito pelo gestor anterior, com base no Art. 11 da Lei nº 11.428/2006 que define o regime jurídico da mata Atlântica. Haja vista, que na área em questão, foi observada a presença das espécies ameaçadas de extinção, conforme Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 06/2008, *Dalbergia nigra* (Jacarandá cabiúna) e *Astroniumflaxinifolium* (Gonçalo Alves).

Sancionada a Portaria MMA nº 443/14, que não cita mais as espécies supracitadas como ameaçadas de extinção, analisamos a viabilidade técnica do deferimento do pleito sem este impedimento.

Após a análise técnica e jurídica realizada no NRRA de Sete Lagoas, o processo foi encaminhado para a apreciação da Câmara Temática de Proteção a Biodiversidade-Copam para a realização da compensação ambiental por supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica, de acordo com o art. 17 da Lei nº 11.428, de 2002, tendo sido aprovada em reunião ordinária na data de 18/12/2019.

4.3.1 Características físicas:

Topografia: Ondulada, relevo irregular.

Solos: Latossolo vermelho amarelo e cambissolo na área de cerrado, área de maior declividade do imóvel.

Hidrografia: O imóvel está localizado/inserido na Bacia federal do Rio São Francisco (1º ordem) SF7.

4.3.2 Características biológicas:

O bioma predominante da região de Lagoa Santa é o Cerrado, no entanto no empreendimento observam-se áreas com vegetação característica de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração com árvores de grande porte, dentre elas encontram - se as espécies *Astroniumflaxinifolium* (Gonçalo Alves), *Shinusterebinthifolius* (Aroeira – mansa); *Handroanthusserratifolium* (Ipê amarelo) e *Caryocar brasilienses* (Pequizeiro).

Na área requerida para supressão, foram identificadas 14 arvores da espécie Pequizeiro (*Caryocar brasiliense*) e 3 da espécie Ipê amarelo, ambas protegidas pela lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992, alterada pela lei nº 20.308/2012 de 27/07/12.

4.5 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Alteração da qualidade da água pelo carreamento de sedimentos;

Aumento do fluxo de água com a retirada da vegetação;

Menor infiltração no lençol freático devido ao escoamento superficial;

Modificação da Paisagem pela substituição da área natural;

Empobrecimento do solo;

Alteração da estrutura do solo em função do uso de máquinas e equipamentos;

Susceptibilidade do solo às formações naturais de erosões;
Diminuição da biodiversidade com a retirada de árvores e banco de sementes;
Fuga da fauna devido à instalação da atividade.

Medidas mitigadoras:

Evitar o acúmulo de lixo, resíduos sólidos e líquidos no local e entorno;
Adotar práticas de caráter preventivos e conservacionistas na realização do projeto;
Contenção de águas pluviais, evitando assim processos erosivos;
Proteger a fauna existente no local e entorno.

5- Medidas compensatórias:

A compensação ambiental por supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica, de acordo com o art. 17 da Lei nº 11.428, de 2002, foi aprovada na 40ª reunião ordinária da Câmara Temática de Proteção a Biodiversidade-Copam na data de 18/12/2019. A compensação consiste na doação de área localizada no interior de unidade de conservação pendente de regularização fundiária, sendo uma área de 4,60 hectares no Parque Nacional Serra da Gandarela, localizado no município de Nova Lima/MG, conforme Termo de Compromisso de Compensação Florestal-TCCF assinado pelo proprietário e o supervisor regional do URFBio Centro Norte em 31/01/2020.

Para a compensação do corte das árvores Pequi e Ipê amarelo como prevê a norma, foi proposto pelo empreendedor o pagamento de 100 Ufemgs (Unidade Fiscais do estado de Minas Gerais) para cada árvore de Pequi suprimida e o plantio de 15 mudas de ipê amarelo na Reserva Legal do imóvel. O comprovante de pagamento pela compensação do Pequi encontra-se anexo aos autos (documento 20620944).

O empreendimento se enquadra no § 1º do art. 31 da Lei nº 11.428, de 2002, onde a implantação do loteamento deve obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis. O § 1º prevê que nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência da Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação. A área total com vegetação que sofrerá supressão para implantação das vias e lotes do Residencial Recanto do Bosque corresponde a 2,30 ha. Desta forma, aprova-se a área destinada à preservação de 5,25 ha, formada por duas glebas sendo uma com 3,49 ha e outra com 1,76 ha, ambas com vegetação nativa de floresta estacional semidecidual em estágio médio de regeneração em transição com cerrado, conforme arquivos digitais (20774858) e memorial descritivo (20775235), o que representa 68% da área total coberta por essa formação florestal ao longo da área requerida para supressão.

6- Análise Técnica:

Após análise do projeto, verifica-se que as informações apresentadas são condizentes com a realidade do local e o requerimento é passível de deferimento, observado o cumprimento das compensações ambientais exigidas pela legislação vigente.

O empreendimento, Loteamento residencial Recanto do Bosque possui anuência prévia da Agência Metropolitana- RMBH e aprovação da prefeitura Municipal de Lagoa Santa, conforme Decreto nº 2.357/2012.

O rendimento lenhoso estimado para a intervenção é de 410,18 m³ de lenha nativa para uso na propriedade.

O inventário florestal anexo aos autos (documento 20620206) estimou um volume de 194,21 m³ de lenha nativa, entretanto, esse estudo não abrangeu a área de cerrado. No processo original foi apresentado, após solicitado como informação complementar, novo inventário florestal, onde estimou-se o rendimento lenhoso de 410,18 m³. A taxa florestal e a reposição florestal foram recolhidas conforme comprovantes de pagamento apenas aos autos (20620546).

7- Conclusão:

Assim, opino pelo DEFERIMENTO do pleito do requerente, Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca em 7,24 hectares para a implantação da atividade de loteamento, de acordo com o parecer técnico acostado ao processo.

Conforme Decreto nº 46.953/2016 art.9, inciso IV, é competência de URC decidir sobre os processos de intervenção ambiental, nos casos em que houver supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica e em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado.

8- Condicionantes

8.1- “Averbar nas certidões de registro de imóveis dos lotes a serem transmitidas aos proprietários, a informação de que as áreas de compensação, exigidas pelo Art. 17 da Lei Federal nº 11.428/2006 foi averbada em propriedade receptora localizada no Parque Nacional da Serra do Gandarela pendente de regularização fundiária e, pelo Art. 31 da Lei Federal nº 11.428/2006, foi averbada na matrícula nº 12.972 do CRI de Lagoa Santa, pertencentes ao loteamento.”

PRAZO: Até a data final de validade do DAIA.

8.2- Preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração de mínimo de 30% (trinta por cento) da área total do imóvel coberta por esta vegetação em atendimento aos preceitos da Lei nº. 11.428/06, Art. 31.

PRAZO: 180 dias após a emissão do DAIA.

8.3- Plantio de 15 mudas da espécie Ipê amarelo, conforme lei nº 10.883, de 02 de outubro de 1992, alterada pela lei 20.308/2012 de 27/07/12. Apresentar laudo e relatório fotográfico de acompanhamento e monitoramento da condução das mudas anualmente, no período de no mínimo de 5 anos.

PRAZO: Até a data final de validade do DAIA.

ANEXO FOTOGRÁFICO



Foto 1- Área de supressão de vegetação nativa de cerrado sticto sensu, coordenada -19°44'24''S,-43°54'52''O.



Foto 2- Área de supressão de vegetação nativa de cerrado sticto sensu, coordenada -19°36'43,57''S, -43°54'00,91''O.



Foto 3- Área de supressão de vegetação nativa de floresta estacional semidecidual, coordenada - $19^{\circ}36'46.45''S$, - $43^{\circ}54'6.20''O$.



Foto 4- Área de supressão de vegetação nativa de floresta estacional semidecidual.



Foto 5- Área de preservação permanente- APP composta por vegetação nativa de floresta estacional semidecidual, com pontos alagados devido à proximidade do curso d'água, destinada a preservação, coordenada -19°36'54,10"S, - 43°54'00,68"O.

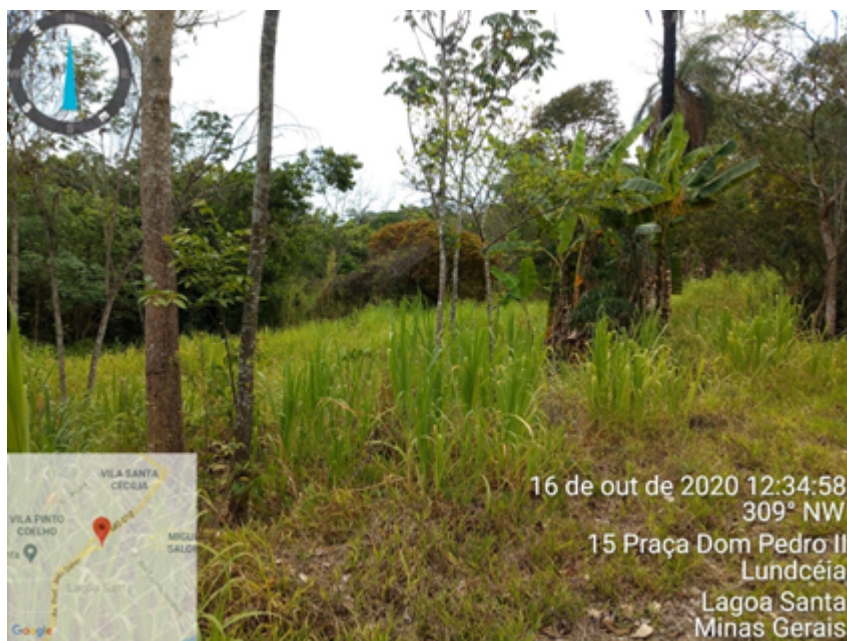


Foto 6- Área antropizada composta por capim, espécies frutíferas e vegetação nativa, coordenada -19°36'53,22"S, - 43°53'58,54"O.



Foto 7-Área averbada como Reserva Legal, coordenada -19°36'46,58"S, - 43°53'57,44"O.

Análise IDE Sisema

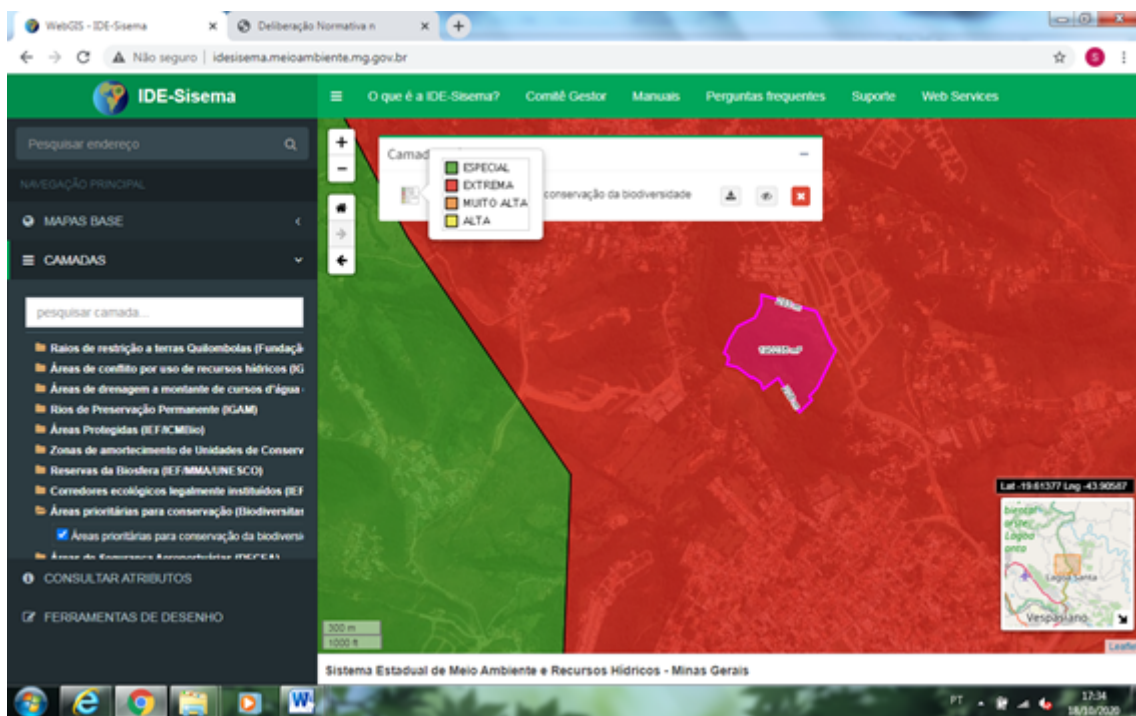


Imagem 1- IDE Sisema /Camada Prioridade para conservação Biodiversitas -Extrema

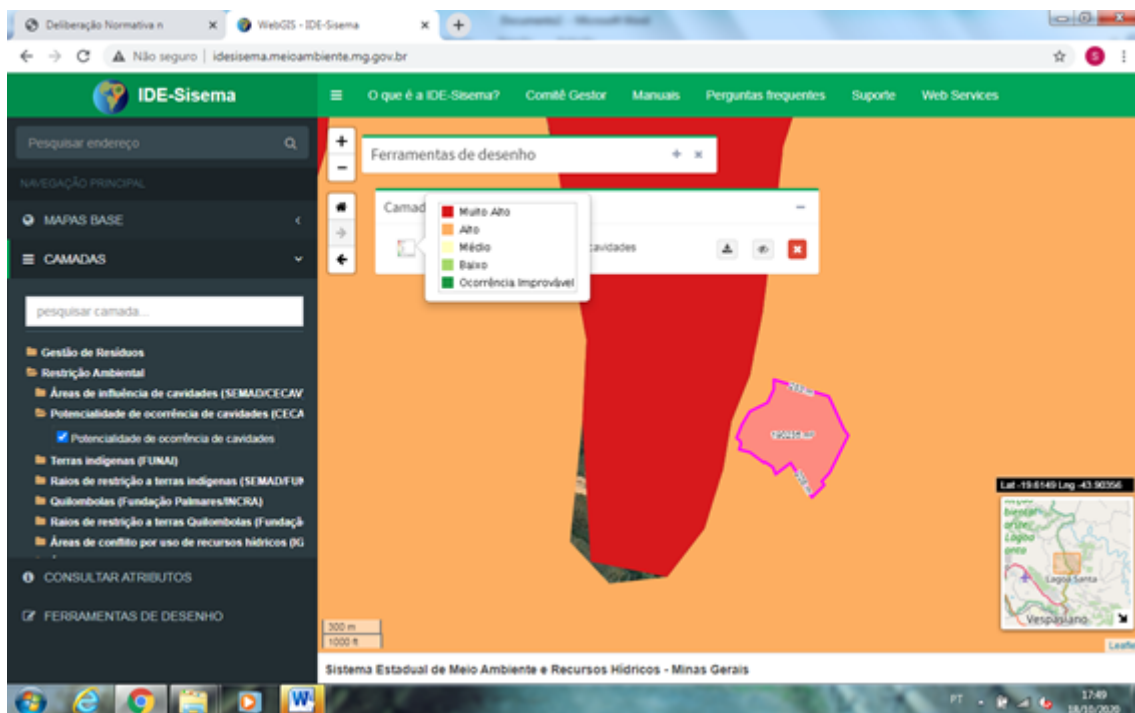


Imagem 2- IDE Sisema /Camada Potencialidade de Ocorrência de cavidades (CECAV ICMBio) –Alta



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Marques Queiroz, Servidor (a) Público (a)**, em 20/10/2020, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Vanessa Marques Carvalho, Servidora**, em 20/10/2020, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20781282** e o código CRC **E0A64DB5**.



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

ANÁLISE IEF/URFBIO CN - NCP Nº 35/2020

PROCESSO Nº 2100.01.0047645/2020-14

Controle processual prévio nº 120/2020

Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 020400001708/11

Requerente: Interbusiness Ltda. **CNPJ:** 41.783804/0001-91

Imóvel da Intervenção: Fazenda Quebra **Município:**Lagoa Santa/MG

Proprietário: Interbusiness Ltda.

Objeto: Análise de pedido de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em uma área de 7,24ha, para uso alternativo do solo com a atividade de infraestrutura para parcelamento do solo urbano.

Bioma: Cerrado **Fitofisionomia:** Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária Médio

Vistos,

1. RELATÓRIO

Trata-se de análise de processo de intervenção ambiental com requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 7,24ha para implantação de loteamento no Município de Lagoa Santa/MG.

O processo original que foi formalizado no ano de 2011 se extraviou, sendo reconstituído conforme previsto na Instrução de Serviço SISEMA nº06, de 22 de novembro de 2018 por meio do processo SEI nº2100.01.0047645/2020-14.

A análise documental dos instrumentos juntados ao processo após a reconstituição foi feita à luz do que procedimenta a Lei Florestal de Minas Gerais, nº. 20922, de 2013 e normas infralegais editadas para a observância do que aqui se requer, em especial a Deliberação Normativa do COPAM nº217, de 2017, Resolução Conjunta Semad/IEF nº. 1905, de 2013 e a Lei nº. 22796, de 2017.

2 – ANÁLISE

Analisando os autos, é possível constatar que o processo de reconstituição conta com a documentação necessária à análise do pleito interventivo.

Referente à análise dos aspectos técnicos dos pleitos interventivos, verifica-se que a manifestação é pela viabilidade ambiental da intervenção na área requerida, ou seja, pela supressão da vegetação nativa em uma área de 7,24ha, no bioma Cerrado.

Embora o imóvel esteja localizado no bioma Cerrado, sua cobertura vegetal nativa com fitofisionomia característica de floresta estacional semidecidual secundário médio é associada ao Bioma Mata Atlântica, razão pela qual, a intervenção deve observar os pressupostos da Lei Federal nº11.428, de 2002.

A Lei Federal nº 11.428, de 2006, prevê:

"Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei."

Embora possível, a intervenção deve ser previamente compensada, como dispõe o seguinte artigo da mesma lei:

"Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana."

A luz da legislação vigente o requerimento é passível de aprovação por se tratar de intervenção em área passível de alteração do uso do solo, e por terem sido cumpridas as compensações previstas nos arts. 17 e 31 da Lei Federal nº11.428, de 2006.

A análise técnica aponta que em consulta ao IDE/SISEMA o empreendimento se localiza em área prioritária para conservação da biodiversidade – Extrema.

Por se tratar de requerimento de supressão de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração em área prioritária para conservação da biodiversidade a competência para decisão do pedido é da URC Central Metropolitana, nos termos do Decreto nº46.953, de 2016.

O enquadramento da atividade conforme parâmetros da DN nº217/2017 é licenciamento ambiental na modalidade LAC 1, todavia, nos termos do Ofício SEMAD/SURAM nº. 80/2020 o empreendimento foi considerado dispensado do licenciamento ambiental, uma vez que obteve Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental (20621213) ainda na vigência da DN nº74/2004, tendo sido considerado ato jurídico perfeito.

Isto posto,

Considerando os documentos lançados aos autos;

Considerando o cumprimento do pagamento das taxas de expediente e florestal;

Considerando a competência territorial e administrativa da URFBio Centro Norte para a análise do que se requer;

Considerando a descaracterização do imóvel de rural para urbano, conforme averbação junto ao registro nº 12972 ([20613199](#));

Considerando que a área na qual se requer a intervenção está inserida em meio urbano e, que, portanto, dispensada de apresentação do Cadastro Ambiental Rural;

Considerando que o imóvel teve sua área de reserva legal demarcada na matrícula enquanto ainda era rural, conforme informa o gestor do processo;

Considerando que a área que se requer a intervenção não está inserida em área especialmente protegida, conforme informa o gestor do processo;

Considerando que não haverá intervenção em área de preservação permanente;

Considerando o Decreto Municipal de Lagoa Santa (20621802) e a manifestação da Agência Metropolitana da RMBH (20621360) pela admissibilidade do anteprojeto do loteamento ;

Considerando as medidas mitigadoras e compensatórias propostas e aprovadas no processo, notadamente pelo pedido de corte de espécies imunes de corte, nos termos do exposto na Lei nº. 20308, de 2012;

Considerando as condicionantes estabelecidas pelo gestor do processo, como se vê do documento (20781282);

Considerando a existência de parecer técnico manifestando pela viabilidade ambiental do pedido de intervenção.

MANIFESTA-SE pela possibilidade jurídica de se atender ao pedido formulado pela Requerente.

Assim sendo, submete-se à análise e deliberação da URC Central Metropolitana.

Decidido sobre o que se requer, publicar a decisão conforme exigência prevista na Lei nº 15.971/2006 em seu artigo 4º e, antes da emissão do ato autorizativo exigir a juntada:

- do comprovante de pagamento da reposição florestal, nos termos do previsto nas leis atuais e vigentes;
- Assinatura do Termo de Preservação referente aos 30% do art.31, após o julgamento deste Parecer pela URC Metropolitana.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Horta Vilas Boas, Coordenadora**, em 21/10/2020, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20816464** e o código CRC **79537EDD**.